



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1111/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1730/2012 (16 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR.

4- Exercício: 2011.

5- Responsáveis: Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente da AMAZONASTUR à época.

6- Unidade Técnica: DICA-AM – Informação Conclusiva nº. 72/2014 (fls. 03140/03141).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2079/2014-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 03142/03162v).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR. Exercício de 2011.

Contas irregulares. Multa. Glosa. Prazo. Inscrição do débito na dívida ativa. Recomendação à interessada e à Origem. Remessa ao MPE.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- à unanimidade:

9.1.1- julgar irregular a Prestação de Contas Anual da **Empresa Estadual de Turismo- AMAZONASTUR**, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. **Oreni Campelo Braga da Silva**, Presidente à época, nos termos do art. 1º, II e 22, III, alínea “b” e “c”, da Lei 2423/96 c/c o art. 5º, II e art. 188, §1º, inciso III, alínea “b” da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

9.1.2- Aplicar multa a responsável, **Sra. Oreni Campelo Braga da Silva**, Diretora Presidente da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR e Ordenadora de Despesas do exercício de 2011, nos termos dos artigos 1º, XXVI c/c art. 54, II e III, da Lei nº 2423/96:

9.1.2.1- No valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 2, 3, 5 e 7 do relatório/voto.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1111/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.1.3- Determinar glosa na importância de **R\$ 1.903.750,61** (um milhão, novecentos e três mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos), nos termos do art. 305 da Resolução nº 04/2002, considerando em alcance a responsável pelas despesas com viagens sem comprovação de participação dos servidores em deslocamento nos cursos e das atividades de interesse público desempenhadas mediante RELATÓRIO DE VIAGEM, DIPLOMA OU CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO, em claro DESVIO DE FINALIDADE e afronta ao princípio da IMPESSOALIDADE.

9.1.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sra. Oreni Campelo Braga da Silva**, recolha os valores das multas que lhe foram aplicados aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DCREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.1.5- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

9.1.6- Recomendar a Sr. Oreni Campelo Braga da Silva, Diretora Presidente da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR e Ordenadora de Despesas do exercício de 2011, a não repetição futuramente dos questionamentos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 elencados no item 27 do Relatório Conclusivo nº 37/2012-DCAI da Comissão de Inspeção.

9.1.7- Recomendar à Origem para que:

9.1.7.1- observe os prazos previstos nas normas legais desta Corte de Contas, bem como os dispositivos da Resolução nº 07/2002-TCE/AM, referente ao sistema ACP;

9.1.7.2- tome as providências cabíveis para alteração da lei e criação de vagas com a realização de concurso público para suprimento das necessidades permanentes da COHASB;

9.1.7.3- observe as disposições da Lei nº. 8.666/93, devendo todos os procedimentos realizados no órgão serem enviados à Corte por meio do ACP.

9.1.8- Determinar a remessa ao Ministério Público Estadual destes autos, para que apure a responsabilidade administrativa da responsável Sra. Oreni Campelo Braga da Silva, como determina o art. 114, III, da Lei 2423/96.

9.2 – Por maioria, aplicar multa no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelo atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes ao mês de janeiro de 2011, item 1 do relatório/voto.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1111/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: B6066948-5034090C-FE7CAB8A-3A5D5C0F